

MEMÓRIAS DE TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS ATRAVÉS DE DINÂMICAS INTERSECCIONAIS

Dayane Assis (Nzinga Mbandi)*
Rodrigo Márcio Santana dos Santos**
Viviane Vergueiro***

Resumo

Este artigo pretende apresentar algumas reflexões a partir das memórias de três estudantes do PPGNEIM-UFBA sobre suas trajetórias educacionais. Fundamentadas em perspectivas teóricas relacionadas à memória, aos trans+feminismos e aos estudos descoloniais e antirracistas, procuramos situar estas memórias, bem como a teorização acerca delas, enquanto exercícios de compreensão de dinâmicas violentas nas intersecções de classe, gênero, raça-etnia, orientação sexual e identidade de gênero, entre outras. Neste sentido, o artigo tem o objetivo de valorizar epistemicamente estas memórias, enquanto presença e análise, bem como de compartilhar algumas reflexões coletivas realizadas por este grupo de três estudantes, por entre suas memórias. As narrativas apresentadas a seguir mostram como três distintas memórias produzidas a partir de diferentes contextos informam como os marcadores sociais da diferença são partes constitutivas dos rumos a partir dos quais cada trajetória educacional se constrói. Nesse artigo, procuramos trazer inicialmente alguns fundamentos teóricos que sustentam o valor epistêmico de nossas *escrevivências*, para então compartilhar elementos de nossas respectivas trajetórias educacionais que estivessem ligados aos marcadores sociais que mais se destacam para cada uma das pessoas autoras, e em como tais elementos se conectam com memórias, afetos, sentimentos e expectativas relativas a in+adequação, normatização e violência. De maneira que, dentro de nossas temporalidades e espaços particulares, possamos entrelaçar análises que complexifiquem a percepção desses marcadores e as suas maneiras de impactar as subjetividades.

Palavras-chave: *escrevivências*, decolonialidade, antirracismo, feminismo, transfeminismo.

Abstract

This article intends to present some reflections from the memories of three PPGNEIM-UFBA postgraduate students about their educational trajectories. Based on theoretical perspectives related to memory, trans+feminisms, and decolonial and anti-racist studies, we seek to situate these memories and the theoretical reflections about them as exercises to understand violent dynamics at the intersections of class, gender, race-ethnicity, sexual orientation and gender identity, among others. In this sense, the article seeks to attribute epistemic value to these memories as presence and analysis, as well as to share some collective reflections made by this group of three students on their memories.

The narratives presented show how three distinct memories produced from different contexts inform how the social markers of difference are constitutive parts of the directions from which each educational trajectory is built upon. In this article, we intend to initially bring some theoretical foundations that support the epistemic value of our *escrevivências*, so that we can share elements of our respective educational trajectories that were linked to the social markers that stand out the most for each of the authors, and how these elements connect with memories, affections, feelings and expectations related to in+adequacy, normatization and violence. So that, within our particular temporalities and spaces, we can intertwine analyzes that complexify the perception of these markers and their ways of impacting subjectivities.

Keywords: *escrevivências*, decoloniality, anti-racism, feminism, transfeminism.

* Graduada em Ciências do Estado (UFMG), Mestra e Doutoranda em sobre Mulheres, Gêneros e Feminismos (PPGNEIM – UFBA).

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Especialista de em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos pela Universidade do Rio de Janeiro (UERJ). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Salvador (2011).

*** Doutoranda em Estudos sobre Mulheres, Gêneros e Feminismos (PPGNEIM - UFBA) Mestra em Cultura e Sociedade (Universidade Federal da Bahia – UFBA), Bacharel em Ciências Econômicas (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp) e integrante do CuS (grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade - UFBA).

Introdução

O propósito deste artigo é efetivar algumas reflexões e caminhos críticos, principalmente em torno dos conceitos analíticos de racismo, heterossexismo e cissexismo, a partir das memórias das trajetórias educacionais de Nzinga Mbandi, Rodrigo Márcio Santos e Viviane Vergueiro. Pretende-se, também, reconhecer de que formas o estudo sobre a importância das memórias e experiências nos permite fortalecer a criticidade e potência teórica destas nossas narrativas, que não são meramente processos individuais mas parte de memórias coletivas, parte de processos socioculturais mais amplos que definem alguns de nossos lugares no mundo. Neste sentido, iniciamos e conduziremos este texto a partir de nossas memórias envoltas em aspectos apontados por Myriam Moraes Lins de Barros (2011, p. 5) sobre os estudos da memória: “sua seletividade, sua perspectiva social e individual, seu caráter narrativo”. Pensando, assim, sobre a complexa “relação indivíduo/sociedade nas sociedades complexas contemporâneas” (ibid., p.12) e nas possibilidades de nossas memórias serem formas de analisar estas sociedades.

Tomamos também o conceito de experiência para elaborar este artigo. A partir de referência de Suely Kofes e Adriana Piscitelli (1997, p. 351), pensamos nossas experiências como fazendo “referência a um sujeito em ação, a um sujeito que se engaja na ação e dela participa, que sente a ação, pensa sobre ela e a reformula”. Reformulando, pensando, engajando-nos através de memórias e experiências, espaços-tempos que não raro nos causam sensações de vergonha e culpa, sentimos (às vezes até demais) os limites e possibilidades de produzir teoricamente a partir delas, com elas, e apesar delas. Isso vale a pena? Isso é suficiente? Relacionei o bastante aos referenciais teóricos, ou isso é mais insumo e reforço pros conceitos e percepções cissexistas, heterossexistas, racistas deles, ou isso vai ser reapropriado e esvaziado de sua intencionalidade política, dos afetos que procurei

escrever, e por isso existem de alguma forma? O quanto podem nossas autohistórias-teorias¹?

Mas, se deixamos de lado -- pois é, elas tão sempre aí --, se deixarmos de lado as preocupações positivistas dos trabalhos de história oral interessados em desvendar o que “verdadeiramente” aconteceu no passado, é possível perceber a riqueza oferecida pelas (nossas) memórias. Segundo Halbwachs, nada na memória escapa à trama sincrônica da existência social do presente. (p. 346), e sendo a memória “um fenômeno social” relacionado “ao plano, também social, da linguagem” (HALBWACHS, 1976, p. 272-273), analisar estas memórias representa uma oportunidade de pensar não somente a complexidade individual de cada conjunto de memórias pessoais, mas também os entrelaçamentos entre estas memórias e os espaços e tempos sociais por onde estivemos. “Cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, e esse ponto de vista varia de acordo com o lugar social que é ocupado” (LINS DE BARROS, 1989, p.31)

Neste sentido, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4). Entre estas 3 histórias, são vários os atravessamentos marginais que tentam apagar, minimizar, inferiorizar, silenciar, esquecer nossas memórias, e acreditamos poder valorizá-las em seus aspectos específicos ao considerá-las, por exemplo, a partir da “perspectiva das teorias contemporâneas de gênero, [em que] as experiências singularizadas se tornam fundamentais para as quebras identitárias. E as recentes discussões sobre narrativa destacam sua particular eficácia na afirmação das singularidades”. (KOFES e PISCITELLI, 1997, p. 351) E não somente neste sentido abstrato-teórico de quebra identitária, mas no sentido de viabilização de existências, de afirmação de compromissos éticos-políticos com as memórias de determinadas comunidades (imaginadas, reais, precárias...), com suas demandas políticas... afinal, “as

¹ De AnaLouise Keating (2009, p. 9, tradução livre): “Autohistória-teoria inclui tanto a história de vida quanto a autorreflexão sobre esta história. Pessoas escritoras de

autohistória-teoria mesclam suas biografias culturais e pessoais com memória, história, contação de história, mitos, e outras formas de teorização”.

memórias, as lembranças pessoais são reconstruídas a partir de um presente que é social -- uma vez que, para o autor, a lembrança pessoal está situada na encruzilhada de redes de solidariedade múltiplas com as quais os indivíduos estão comprometidos” (ibid., p. 347).

Esperamos que este trabalho possa incitar outros caminhos por memórias subalternizadas, esquecidas, desvalorizadas, odiadas. Com sangue, suor e pus, como defende Glória Anzaldúa (2000, p. 235).

Nzinga Mbandi: A mulher negra no meio acadêmico e a promessa da educação como via para ascensão socioeconômica

Salvador, Bahia; Brasil a mulher negra hoje com vinte e seis anos de idade recorre à memória para traçar um caminho possível sobre seus processos de aprendizagem e formação intelectual. Lembro-me vagamente e apropriado dos detalhes a mim contados sobre meu processo de aprendizagem; comecei a ler com três anos e meio e para uma criança negra e pobre isso foi considerado anormal, lembro-me nesse instante do que diz bell hooks:

Aprendendo cedo que se premiavam boas notas enquanto o pensamento independente era visto com desconfiança, eu sabia a importância de ser inteligente, mas não inteligente demais. Ser demasiado inteligente era sinônimo de intelectualidade e isso era motivo de preocupação sobretudo se tratasse de uma mulher. Para uma criança inteligente nas comunidades negras de classe inferior e pobres fazer perguntas demais, falar de idéias que diferiam do mundo dominante da comunidade dominante; dizer coisas que os negros adultos relegavam ao indizível era um pedido ao castigo e até ao abuso. (hooks, 1995, p. 03)

Quando iniciei essa longa e árdua aventura de uma mulher negra no meio acadêmico não sabia bem o que eu queria ser, mas tinha certeza do não queria: tornar-me empregada doméstica como minha mãe. A educação ou o acesso a ela parecia a grande promessa de ascensão socioeconômica para ainda menina negra tornar-se uma grande mulher “bem sucedida”, sinto-me privilegiada, pois os cinco anos de diferença para minha irmã mais velha livrou-me da obrigação de trabalhar antes dos dezoito anos para ajudar em casa, e com isso concluir o

ensino médio mesmo na escola pública foi por isso mais fácil. O acesso a educação portanto tratava-se portanto de uma conquista coletiva e que coloca em questão a construção e desconstrução de memórias individuais e coletivas, sobre isso vale a pena citar SOUZA (2003) quando sobre o assunto a mesma traz os conceitos discutidos por Pollak (1989):

No processo de reconstrução de suas memórias, os indivíduos também reconstruem a si mesmos através da “permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”, de forma que “o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e de grupo” (SOUZA,2003 apud POLLAK, 1989, p. 9, 10)

Do início do trajeto escolar, e do contato com outras redes de sociabilidade que também me educaram recordo-me da menina negra de cabelos trançados de olhos tímidos e recolhida em seu ostracismo. Lembro-me dos passeios onde as crianças negras ficavam juntas/separadas por não ter o dinheiro do sorvete; do nome não lido na lista de formatura da quarta série por não possuir vinte reais para a cerimônia, de participar do jantar somente após sua mãe se humilhar na secretaria pra pagar depois.

Do ensino médio fase mais cruel da adolescência ao meu ver foi onde os signos interseccionados de gênero, raça e sexualidade foram se acentuando; as amigas se constituíam entre as meninas negras e periféricas que não tinham a menor expectativa de serem desejadas por seus colegas de turma; ao contrário das meninas brancas mesmo de classe baixa, como afirma PACHECO (2008): “A solidão é uma categoria ambígua, circulante é um signo público. (PACHECO,2008, p.4)

A ideia de fazer o vestibular para uma universidade pública foi de fato um pouco ingênua sem mensurar o que significava mudar de um interior para a capital e mergulhar em um mundo que até então parecia um sonho. De forma inesperada o sonho aconteceu e logo se tornou um pesadelo, a realidade de uma universidade pública branca e burguesa me mostrou da forma mais hostil possível que eu era de fato uma mulher negra e não cabia ali, logo o sonho da ascensão socioeconômica via educação levou-me justamente ao lugar de onde fugi: recorrer ao serviço doméstico e além dele ao

telemarketing para garantir a subsistência e concluir a graduação, nessa mesma realidade encontrei diversas irmãs negras que ali também chegaram atraídas pela mesma promessa que eu.

O que aprendi com essa época é que minha identidade como feminista negra ali se forjava, imaginava naquele instante que parte do problema enfrentado pelas negras acadêmicas devia-se ao fato de sermos poucas e assim não tínhamos força suficiente para enfrentar a má fé institucional e pontuar naquele lugar nossas questões, pensei então que era preciso vencer essa fase e prosseguir na produção do conhecimento para denunciar esse modelo de educação excludente, e tornar o caminho mais fácil para as minhas irmãs. E com muitos troços assim fiz e muitas outras fazem...

No mestrado ainda não sei se pude comemorar como mulher negra o meu sucesso em ter acesso à educação, quando olho para minhas poucas irmãs negras também nessa trajetória percebo que nossa cor ainda importa mais que nosso curriculum e ao mesmo que nos cobram um desempenho duas vezes melhor nos oferecem cem vezes menos condições de subsistir nesse meio. Mais uma vez a condição socioeconômica que me impulsionou à aventura pela educação obriga-me a retornar ao tão recusado desde início do trabalho doméstico e ao telemarketing para garantir a conclusão de meu mestrado em uma universidade pública, nesse ponto minha identidade racial e de gênero me faz refletir se minha ascensão social será realmente possível e, além disso, se todos esses títulos me auxiliarão no empoderamento de outras irmãs negras.

A dificuldade de acesso aos modernos meios de comunicação impede que as mulheres negras recebam informações. A comunicação é fundamental para aquisição de conhecimentos e estes representam poder, mesmo que simbólico. Quem sabe domina, quem não sabe é dominado. O distanciamento dos benefícios oferecidos pela comunicação faz com que milhões de mulheres negras sejam detentoras de cidadania inconclusa. Apesar de todos os entraves enfrentados, as mulheres negras brasileiras conseguem driblar os problemas e fazem circular informações importantes ao longo destes cinco séculos. (FONTOURA, 2004, p. 2)

A resposta a todas as inquietações que o acesso a essas memórias me trazem, hoje no doutorado, ainda não a tenho, mas, a essa altura mesmo que a promessa inicial de ser uma mulher “bem-sucedida” através da educação não se cumpra o prazer de incomodar e ainda que minimamente abalar o funcionamento de uma estrutura que por um lado me “inclui” e por outro faz de tudo para que eu não permaneça é inigualável, mesmo longe de alcançar o objetivo econômico inicial tornar-me uma preta “doutora” será meu agradecimento a esse sistema educacional que, ao não me acolher, endureceu a carne e despertou a guerreira negra que desde o início dessa jornada já existia e que não se formou em mim dentro das salas de aula.

A autobiografia é contar sua história conectada com a realidade social e com as diferentes representações dos grupos sociais, contar determinado fenômeno é representá-lo de uma perspectiva social, falando como o sujeito comunga e representa aquela memória social.

A pesquisa autobiográfica - Histórias de Vida, Biografias, Autobiografias, Memoriais - não obstante se utilize de diversas fontes, tais como narrativas, história oral, fotos, vídeos, filmes, diários, documentos em geral, reconhece-se dependente da memória. Esta é o componente essencial na característica do(a) narrador(a) com que o pesquisador trabalha para poder (re)construir elementos de análise que possam auxiliá-lo na compreensão de determinado objeto de estudo. (ABRÃO, 2003, p. 03)

A memória é comunicação é representação social de diferentes grupos e sujeitos sociais, neste sentido é fundamental que histórias, memórias de grupos marginais sejam contadas.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. (Pollak, 1988, p. 03).

Rodrigo Márcio

As memórias dos meus 32 anos não é um lugar fácil de (re)visitar, ter que (re)viver as dores, as violências sofridas por ser um homem, negro e gay é rasgar-se e (re)conhecer as suas escolhas e trajetórias. Contudo, para este artigo foi escolhido o âmbito escolar para falar dos caminhos e marcas que foram feitas e deixadas no espaço escolar. A política educacional prevê a inclusão como forma de garantir o acesso à escola, mas não garante aos alunos com deficiência a mesma condição de ensino que contribua para seu desenvolvimento intelectual independente da raça, etnia, orientação sexual, gênero ou outros marcadores sociais.

O espaço escolar é um lugar saudável para desenvolvimento psíquico, motor, afetivo e social de uma criança? Depende para qual criança. Se esta criança é branca, comporta-se dentro das normas de gênero impostas desde a tenra idade, seu processo de socialização se enquadra no sistema binário de gênero para que ocupe o lugar de homem ou mulher – únicos lugares de gênero socialmente aceitos -, funcionando dentro desta lógica, reiterando a produção e reprodução “isso é de menino” e “isso é de menina”, contribuindo para que as crianças incorporem o gênero masculino ou feminino, conforme a sua anatomia e genitália.

Segundo Louro (1997), a escola ensina, separa e institui, informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, das meninas e dos meninos, heterossexuais e homossexuais, sendo lugar de fabricação das diferenças e de práticas educativas homofóbicas, esta fabricação ocorre de maneira sutil, quase imperceptível, perpassando pelo controle do corpo e instituindo nele o que é ser menino e menina de modo cotidiano, sendo concebido como práticas rotineiras e comuns e tomando as diferenças do construto social como algo natural. Estes comportamentos se encontram de diversas formas no contexto escolar nas concepções pedagógicas, nos currículos e nos livros didáticos, que ainda trazem representações simplistas, binárias e hierarquizadas de gênero, baseadas na heteronormatividade (BRASIL, 2002).

Considerando que a sociedade brasileira lida mal com a diversidade, principalmente com aqueles que rompem com os modelos hegemônicos de sexo-gênero, a comunidade LGBT sofre preconceito e discriminação que se manifesta de diversas formas: através da

violência física, verbal ou psíquica chamada moral, ou pela expressão limitadora do exercício dos direitos de todxs cidadxs; pela negação do reconhecimento da diversidade sexual, e a naturalização do binarismo dos gêneros, separando desta forma todas as pessoas que vivenciam suas identidades de gênero a partir de uma forma distinta da dominante (BRASIL, 2002).

As escolas utilizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para abarcar a questão da sexualidade e problematizar, porém, suas discussões são pautadas em questões biológicas, gravidez, IST, HIV/AIDS na perspectiva da heterossexualidade compulsória. As discussões de gênero corroboram na normativa heterossexual desde os comportamentos, disciplinas, os jogos de educação física e gincanas estudantis. Nesses padrões de gênero e heterossexualidade, nunca me enquadrei e sempre me senti no não-lugar, por querer me encaixar aonde não cabia. Antes de adentrarmos na minha vida escolar, tem outro lugar de ensino que antecede a escola nas normas da heterossexualidade, que é a família.

Neste espaço, desde criança fui vigiado e punido (Foucault, 1987) lembro-me de mainha reproduzindo os marcadores de gênero nas brincadeiras, eu só poderia brincar com carros, armas e bolas, sendo que este último brinquedo nunca me atraiu, que é símbolo da masculinidade no Brasil, onde todos os meninos para confirmarem a sua masculinidade e conseqüentemente a heterossexualidade tinham que gostar de futebol. Percebido e sentido que precisa pertencer ao masculino e garantir o “meu lugar” e invisibilidade pratiquei natação e artes marciais na escola, para não ter colocada em xeque a minha masculinidade e pseudo-heterossexualidade diante da prática do futebol. Ao olhar para trás enxergo uma criança que gostava de brincar com bonecas, dançar (referenciais de dança são femininos), imitar ou fazer jogos de imitação entre o masculino e feminino, brincadeiras que envolvessem luta e força, mas também o afeto. Seria eu uma criança viada ou uma masculinidade fora dos padrões?

Na minha vida escolar, nunca sofri violência física por ser gay, garoto afeminado, mas a violência simbólica, psicológica e moral sempre se fez presente nos discursos a mim direcionados. Eu lembro que eu tentava me esconder ou melhor não ser reconhecido, queria me

tornar invisível, já que vi a homossexualidade ser rechaçada com agressões físicas, piadas, risadas e dedos apontados.

No ensino fundamental I tinha dois colegas que tinha relação dual de ódio e amor são eles: Jorge Fábio e Allan. Ambos são gays afeminados, comungam da luta diária da homofobia em todos os níveis na escola, hoje compreendo que os trejeitos e a exposição são uma forma de lutar e sobreviver dentro do sistema opressor. O Fábio Jorge, eu o conheci primeiro, lembro dos seus shorts curtos e colados para as aulas de educação física, as piadas que sofria ao longo do corredor de aulas, ser reconhecido como o “viado preto”, o quanto para mim era pejorativo e o repudiava por ser “afeminado”, eu nunca seria daquela forma e corroborava com muitos pensamentos racistas e homofóbicos, além de “preto é viado”, ao tempo que tinha sentimento de identificação, compaixão por toda situação vivenciada por Jorge.

Allan, colega de sala e amigo de minha irmã, frequentava minha casa. Eu estudava no 1º grau, elas no 2º grau. Ambos na adolescência, mas em momentos diferentes. Diferente do Jorge, Allan fazia a linha discreta, mas a normatividade escapava na sua fixação pela cantora Madonna, ao dizer algumas vezes que queria ser ela, montava e realizava performance da artista e foi nesta época que passei o ano inteiro sofrendo racismo.

Estava na 8ª série quando comecei a sofrer racismo escancarado pelo colega de sala chamado Ramon, lembro que alguns dias faltava à aula para evitar os ataques racistas. Os colegas não se metiam, coordenação, professores tornavam as agressões invisíveis, foi um péssimo ano, era quase o orgasmo quando ele não comparecia a aula, sensação de alívio. O racismo nunca foi tão cruel quanto a homofobia.

No ensino médio e o amadurecimento na adolescência já me reconhecia não enquanto uma identidade gay, mas o desejo pelo mesmo sexo e mais uma vez de me esconder. Nessa fase enfrentei a homofobia encarnado no nome de Lucas e Thiago que, após o período revelou ser apaixonado por mim e não saber lidar com esse sentimento, não tinha amigas/os com quem eu pudesse falar do lugar que para mim era estranho o de estar

apaixonado e ser recíproco. Segundo Myriam Moraes Lins de Barros (2011, p. 07):

Neste contexto acadêmico, não se enunciava claramente a relação óbvia entre projeto e memória como pouco depois é elaborado. Se tomarmos a própria noção de projeto (Velho, 1981), vemos que a questão da narrativa da trajetória do indivíduo já é, desde o início, definidora do próprio projeto, embora não seja formulado exatamente nestes termos originalmente é, para a existência do próprio projeto há a necessidade de sua comunicação e na sua formulação, desenvolve-se uma narrativa de coerência em uma trajetória de vida fragmentada, portanto de uma vida já vivida e reorganizada neste momento para dar sentido ao projeto e mesmo, em algum grau, apontar para sua possibilidade de efetivação.

Na faculdade pude vivenciar a minha homossexualidade e sexualidade de maneira mais saudável, apesar de cursar a graduação numa universidade particular engendrada em moldes cartesianos foi possível me assumir enquanto gay, mas ainda pautado no sistema binário de gênero. No NEIM tenho a possibilidade de vivenciar a minha masculinidade de forma mais livre e saudável, ser o homem que sempre almejei ser. É de fundamental importância ampliarmos nossas perspectivas de pesquisas e atentarmos para novas epistemologias; assim a história oral vem contribuir com o campo de estudos feministas, através dos

[...] objetivo e a subjetividade dos sujeitos pesquisados. Esta forma de abordagem tem sido valorizada, uma vez que trabalha com o universo de significados, representações, crenças, valores, atitudes, aprofundando um lado não perceptível das relações sociais e permitindo a compreensão da realidade humana vivida socialmente. (LISBOA, 2007, p. 87).

Viviane Vergueiro

As travestis devemos ter o direito de ler sobre o que escrevem outras travestis. #niunamenos

Claudia Rodriguez²

[29 de agosto de 2014]

Silêncios

Como mensurar os silêncios, em uma autoetnografia? Como lidar com os silêncios nos espaços acadêmicos? Com os tempos de debate tão curtos?

(notas durante grupo de trabalho em congresso)

O perigo de escrever está em não mesclarmos nossas experiências pessoais e visões de mundo com a realidade social em que vivemos, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia, e nossa visão. O que nos valida enquanto pessoas humanas nos valida como pessoas escritoras. O que importa para nós são os relacionamentos que são relevantes para nós, seja conosco mesmas ou outras pessoas. Devemos utilizar tudo que seja importante para nos fazer escrever. Nenhum assunto é trivial demais. O perigo está em ser demasiado universal e humanitário e em invocar o eterno em sacrifício do particular e do feminino e do momento histórico específico.

(ANZALDÚA; MORAGA, 1983, p. 170)

Era quem sabe a esperança

Indo a outro lugar

Barcarola do São Francisco – Geraldo Azevedo

Quero pedir licença, e também agradecer a Nzinga e Rodrigo pelo compartilhar destas nossas narrativas, experiências, análises... este início de doutorado no PPGNEIM, para mim, tem representado um período de oportunidades várias, de um ponto de vista pessoal, de maneira contrastante com o contexto de crises e golpes profundos em que estamos, enquanto coletividades e sociedades. Tem sido, também, um período de muitos acontecimentos (críticos ou curiosos) sobre o tema identidades de gênero, entre visibilidades em novelas, discussões acadêmicas, formações de coletivos, redes e grupos de zap, que têm sido uma fonte de força imensa a cada abraço, conversa e ação, mas também um dreno de energias a partir das indiferenças e das brutalidades que temos compartilhado e denunciado.

Estas teorizações, memórias e experiências são, assim, barrunfadas por este presente no qual “as lembranças pessoais são reconstruídas a partir de um presente que é

social”, sendo que estas estão situadas “na encruzilhada de redes de solidariedade múltiplas com as quais os indivíduos estão comprometidos” (KOFES e PISCITELLI, 1997, p. 347). Nos encontros do coletivo De Trans pra Frente, nos diálogos com pessoas ativistas relacionadas à Antra, Rede Trans Brasil, Ibrat e outras coletividades, nas conversas e ações sobre a revisão da CID-11 e contra a patologização das identidades trans, por salas e auditórios de faculdades e escolas, tenho buscado ser parte de uma contribuição para reflexões sobre ‘questões trans’ ou de identidades de gênero, e nestes processos surgem também diversos dos rascunhos e lombrias que tenho ‘vendido’³ como teorizações autoetnográficas transfeministas anticoloniais -- ou com outros termos semelhantes.

Neste texto, procurei retomar alguns fragmentos de experiências e memórias onde, acredito, há um potencial significativo para dialogar sobre identidades de gênero e trajetórias educacionais. Parte considerável disso é a análise das fronteiras entre a utilidade teórica e prática, e o tipo e densidade da informação disponível sobre as memórias. Minhas trajetórias educacionais são experiências sobre as quais não refleti, ainda, tão detidamente quanto várias das reflexões autoetnográficas que desenvolvi em minha dissertação de mestrado finalizada em 2015, o que se coloca como desafio interessante para mim enquanto um espaço silenciado, do qual muitas vezes me envergonho e que também por isso se torna instigante. Por outro lado, há limites explícitos destas minhas memórias para pensar identidades e expressões de gênero não normativas, devido à minha autoafirmação como uma pessoa trans travesti ter se dado já perto dos meus 30 anos de idade; espero que os silêncios, inquietações e impasses tragam alguns elementos para se pensar aspectos do cissexismo/transfobia. Este foi um dos objetivos centrais ao pensar estas memórias.

Quando surge a proposta, com Nzinga e Rodrigo, de pensarmos as memórias acerca de nossas trajetórias educacionais, fiquei buscando alguns momentos que pudessem ser interessantes para análise aqui, entre

² Texto de 2016, em tradução livre. Ver: <http://www.claudiarodriguez.cl/las-travestis-debemos-derecho-leer-lo-escriban-otras-travestis/>.

³ Me pareceu o verbo adequado, em tempos de mercantilização (ainda mais) profunda no meio acadêmico e de suas demandas de produção.

fragmentos sequelados de minhas vivências na escola (pré, primeiro e segundo grau, acho que era assim) e universidade. Diante desta busca, acabei também recorrendo a momentos de escrita⁴ nos quais procurei valorizar histórias não normativas, apesar das violências e dos sentimentos de vergonha, impotência e insuficiência que permeiam esta tentativa:

Como a gente convive, como a gente enfrenta, como a gente resiste a estas (e tantas outras) violências normatizantes, inferiorizantes, brutalizantes? Como a gente reflete sobre as mortes das travestis que acontecem pelo mundo afora? Das pessoas trans? Das pessoas de gêneros inconformes, de castas marginalizadas, dos corpos marcados por intervenções corporais não consentidas? [edição: Quase nunca investigadas, precariamente choradas, tantas vezes brutalizadas.]

Nossas resistências se fazem destas dores, destas memórias trágicas de passados e presentes, e também das memórias que vamos produzindo a cada momento: nossas existências e nossos corpos, sobreviventes a racismos e cissexismos interseccionalmente localizados, produzem as histórias, afetos e esperanças que perfuram o véu higienista+elitista branco+cisgênero e mostram que, sim, a história é nossa. Apesar de todos pesares.

Mesmo que constantemente ameaçada de extinção por uma série de dispositivos de poder, a história é nossa. Nós também a escrevemos, cantamos, dançamos e vivemos, esteja isso catalogado em bibliotecas e acervos ou não, esteja isso sendo analisado por pessoas acadêmicas ou não, esteja isso tipificado em manuais médicos de maneira humanizante e competente ou não.

1. Boca de chupa rola

[24 de abril de 2015]

Entre os meus 7 e 11 anos de idade, mais ou menos, pratiquei judô. Desde a infância, sempre me interessei por artes marciais, ao menos desde que consigo lembrar. E em vários momentos (nos tempos recente, em especial), pensei sobre esse interesse como uma das

formas de desenvolver uma performatividade de gênero normativa (de acordo com o que me fora designado no nascimento) e também de me aproximar de parte de minha ancestralidade mestiça⁵ -- a japonesa, por parte de pai.

Eu já não consigo me lembrar de muitos dos exercícios e técnicas do judô, mas me lembro de gostar bastante das técnicas de quedas, da importância do equilíbrio e de estar com a base bem colocada... enfim, de modo geral, lembro-me de estar confortável no espaço do *dojo*, de uma maneira que hoje compreendo como atravessada pelos meus privilégios corporais, funcionais, de classe e de performatividade de gênero, além da ancestralidade asiática, que me trazia a percepção de autenticidade nas minhas habilidades como judoca. Isso para dizer que a afetação que o episódio que narro a seguir não eram uma constante na minha vivência no *dojo* ou noutros espaços, como a escola ou minha família: acredito que, neste sentido, seja necessário tornar complexa a nossa percepção sobre ideias como 'socialização', particularmente quando pensamos em trajetórias de pessoas trans e travestis. Se para algumas delas, como eu, as vivências anteriores à autoafirmação enquanto mulher trans e travesti se aproximariam de uma vivência de homem cis hetero, para tantas de nós seria completamente equivocado e limitado pensar em 'privilégios de socialização masculina' ou similares, diante de tantas violências explícitas contra expressões de feminilidade em corpos e pessoas identificadas socialmente como 'meninos'.

Inicialmente, quis trazer o judô para este texto sobre memórias para compartilhar reflexões sobre um episódio específico..., quando penso neste período, em vários momentos notei que tinha guardado, por muito tempo, a memória de um treino durante minha infância, na verdade a memória do finalzinho deste treino: todas as pessoas estudantes estavam juntas, esperando pelas saudações finais à arte judoca e à ancestralidade do *sensei*, e durante esta espera eu me distraía fazendo pequenas bolhinhas de saliva por entre meus lábios.

⁴ A citação a seguir é de um texto publicado em 2014 no site Transfeminismo.com: <https://transfeminismo.com/memorias-trans-interseccionais-contra-abismos-cissexistas/>.

⁵ Uso o termo mestiça em referência a uma forma de autopercepção que tive na infância e adolescência (baseada também em nomeações feitas nos meus círculos sociais) e, especialmente, aos escritos de Glória Anzaldúa.

Alguns tantos segundos nesta distração bastaram para que eu percebesse que dois alunos mais velhos e mais graduados me encaravam: eles começaram a rir quando notaram que eu percebi suas miradas, e então dizem, ‘que boca de chupa rola’.

Olha pra essa boquinha de chupa rola...o que é isso, meu bem?

Boca de chupa-rola. Os sons envolvidos nestas palavras me trazem momentos de medo, e conforme eu as escrevo parece que eu posso retornar àquele tatami, laranja e suado, sob o tecido grosso do kimono que talvez pudesse me esconder e proteger da profunda vergonha que senti.

E então me lembrei também daquela criança que eu era, meio japonesa meio branca e com sua faixa verde, surpreendida e me perguntando o que ‘chupa rola’ queria dizer. E mesmo que eu saiba o que isso signifique agora; mesmo que eu compreenda como a cisheteronormatividade é exercida nestas instâncias micropolíticas; mesmo que eu agora consiga escrever abertamente sobre isso nas esferas acadêmicas e ativistas, as feridas da vergonha e da culpa, das risadas e invasões ciscoloniais, ainda permanecem. Como diz a Jota Mombaça, “a ferida colonial ainda dói”⁶. Ainda posso fazer bolhas com minha boca de chupa rola, não se engane; mas depois daquele dia, penso que nenhuma outra bolha foi mais como antes.

2. Tempos de graduação

[iniciado em 5 de outubro de 2015]

[escrito substancialmente em abril e novembro de 2016, próximo a uma curta visita para a despedida de uma irmã e uma viagem ao estado de SP]

O ano era provavelmente 2004, 2005. Durante meus estudos de graduação em ciências econômicas, eu fiz parte de um grupo de pesquisa principalmente dedicado à produção industrial e comércio exterior, e costumava trabalhar em uma sala de computadores coletiva para pessoas pesquisadoras e assistentes de todo o Instituto de Economia. Apesar disso, a sala ficava tranquila em

vários momentos do dia. Nesta noite, estava ali sentada pelas sete da noite.

Como estagiária de pesquisa, tinha como função compilar e analisar dados econômicos, particularmente, sobre comércio exterior, entre manhãs e tardes de aulas de graduação. Ocasionalmente, entre planilhas com informações e dados sobre o comércio exterior e a produção industrial brasileira segmentada por setores, eu assistia e lia conteúdos eróticos que envolviam atrizes e personagens trans e travestis, conteúdos que hoje interpreto como uma mescla complexa entre orientação sexual e identidade de gênero dentro de mim que me deixava profundamente confusa sobre mim e meus desejos.

Estando só naquela sala de computadores, abrir uma nova janela no navegador e alcançar os fones de ouvido faziam parte de um ritual escondido e discreto que nunca poderia ser visto por nenhum colega naquele instituto -- por razões que vão muito além de regulamentos sobre uso de computadores, razões que hoje eu nomearia como cisheteronormatividade e moralismo. Nesta ocasião, no entanto, tive de encarar a vergonha e o silêncio por parte de um de meus colegas, um bom amigo nos estudos e jogos de futsal, naqueles tempos.

Pela noite que se iniciava, entre janelas sobre cenários econômicos e o e-mail acadêmico, abri meu e-mail do ‘perfil crossdresser’. Passando pelas mensagens, li e respondi algumas delas, e então decidi assistir discretamente um vídeo pornográfico. O instituto como um todo estava meio vazio naquele momento, e dentro daquela sala de computadores não havia aparecido ninguém em mais de uma hora.

Abri uma página de ‘shemale porn’, um termo complicado usado para se referir a mulheres trans e travestis. Até hoje, a vasta maioria da pornografia que assisti envolve mulheres trans e travestis, com todo seu conteúdo cissexista, algo que me enreda em introspecções. viviane também se constituiu deste consumo, deste imaginar-se como ‘shemale’, ‘ladyboy’ como talvez meu único horizonte viável para uma

⁶ Afinal a “colonização não é um assunto do passado. É um processo que nunca cessou e que agora tem novas formas”. Ver MOMBAÇA, 2015.

inserção neste sistema, como talvez minha única possibilidade de me imaginar mulher -- e me envergonhar profundamente por tanta imaginação. Nestes tempos, eu ainda não me lembro de sentir qualquer convicção acerca de uma autoidentificação enquanto pessoa trans, e eu me lembro de pensar neste consumo pornográfico como um 'hobby', similarmente a como todo o lance de 'se montar' parecia para mim -- naquele momento, uma montagem restrita a um vestido e um par de scarpins.

Preciso ficar alerta às teclas Alt+Tab, para esconder as janelas com imaginações excitantes: e se alguém vier. Em aproximadamente 10 minutos, duas pessoas passam pelo corredor próximo, e eu rapidamente alterno as janelas. Não tenho certeza se eles desconfiaram, se eles viram algo. 'Shemales', 'o melhor dos dois mundos', 'ladyboys', travestis, garotas de pau. Em mais uns 15 minutos, uma janela se abre depois de um clique no momento preciso em que um (então) amigo, me reconhecendo do andar de baixo, entra na sala para me convidar para jantar no restaurante universitário -- vulgo bandejão. Fico confusa e desesperada no Alt+Tab, o computador trava e eu percebo que ele consegue espiar a tela. Tento desligar o monitor em um gesto impensado, mas em vão: notando que se trata de putaria, ele pede entre gargalhadas para ver do que se trata, e diz, Que porra é essa, cara? Deixa ver isso aí, é vídeo?

Né nada não, tento dizer sem convicção nenhuma.

[ele então toma o mouse de mim, vê as imagens e cata que se trata de minas trans travestis]

Caralho, velho. Que porra é essa?

A expressão em seu rosto é de nojo, e também de uma certa impossibilidade de me olhar nos olhos. Impossibilidade recíproca. Ele fechou a janela, levantou-se da cadeira do computador, e saiu da sala sem dizer mais nada. Se não me engano, ele nunca mais me dirigiu a palavra, e se o fez foi a contragosto. De todas maneiras, parece curioso pensar que o problema, para ele, não estava no mau uso dos recursos acadêmicos, nem mesmo na pornografia em si, afinal não era incomum haver violações similares no uso dos computadores, até mesmo por parte dele. A questão era ser pornografia com aqueles corpos que deveriam ser

rejeitados por qualquer 'homem de verdade', essas imagens de gente bizarra e doentia...

Hoje, em sendo viviane, parece não haver como ocultar janelas; e uma pergunta parece se insinuar, realista: De que se fazem os silêncios diante de nossas presenças?

3. Eneco gay

Em 2004, durante a graduação em ciências econômicas, participei do XXX Encontro Nacional de Estudantes de Economia (ENECO), realizado na UFRJ. Com o tema "Economia Política ou Política Econômica?" (ver <https://www.feneco.org/eneco>), lembro-me deste encontro como uma memória vaga de cachaça e lombra, entremeada por momentos de debate sobre conjuntura e política econômica, mas quis refletir um pouco mais sobre um momento em particular de (muita) cachaça e lombra durante o evento. Foi o Eneco gay.

Tendo sido este o único Eneco de que participei, não sei dizer se está foi ou (ainda) é uma tradição consolidada, porém no dia daquela 'cultural' me disseram que iria acontecer este tal Eneco Gay: alguns 'homens se vestiriam de mulher' para um 'concurso' com dança no palco. Acho interessante pensar em como momentos-espacos como este, que hoje nem me passam pela cabeça frequentar por conta da transfobia e cissexismo que acontecem, me deixavam inquieta e com um desejo de 'me montar'. Evidentemente, um desejo que, desde minha posição sustentada como homem cis hetero, deveria ser muito bem disfarçado.

E tome cachaça, naquela tarde e noite... lembro-me de fazer um bocado de frio, de jogos bestas para beber, aquele beck fluindo também. Bem colocada, fiquei conversando e brincando com um amigo, G., que entrou na pira de se montar também... sei que depois de um tempo, pelos esquentas da noite, estava eu lá sendo produzida para o 'concurso'.

A colocação foi tanta que não tenho a menor ideia de como eu estava naquela noite... provavelmente uma produção caricata. Não encontrei fotografias, tampouco, nos processos de escrita dessa memória. Porém, lembro-me de ter estado em um palco, subindo nele depois de umas 3 pessoas que também concorriam ao Eneco Gay... sensações complexas me atravessam, ao pensar neste momento. Com toda limitação performativa que a cisheterolândia causava em meu corpo, ainda fiz a linha

e dancei, até mesmo interagindo com a plateia ao sentar no colo de um boy – que ficou puto e praticamente me jogou de volta para o palco, em um elevador de pouco mais de metro – e, enfim, hoje é das lembranças que tenho de um tempo de armário bem limitante, mas que me situava em trajetórias cisheteronormativas de privilégio e acesso a recursos. Não ganhei o Eneco Gay aquele dia – o que, na época, pareceu injusto pra mim –, mas utilizo esses momentos para pensar o tempo-espaço que habito e habitei, em seus ganhos e perdas, aprendizados e indignações, vergonhas e autodefinições.

Considerações finais

Embora cada uma de nossas histórias ocorram em tempos, espaço, corpos e experiências individuais; o que cada marcador social diferente apresentado nos coloca em comum estado é ter vivenciado o ambiente escolar em alguma medida de maneira violenta. A construção de uma vida escolar que culmina hoje em permanecermos ainda no ambiente acadêmico, é em certo modo forjada a partir das ressignificações que a princípio traumáticas cada um de nós viveu; mas que também de maneira transgressora se transformou em força motriz para seguir os caminhos do aprendizado. Embora essas memórias escolares sejam hoje mais vividas no sentido da compreensão das violências institucionais por nós vividas, já à época em que cada uma delas aconteceu marcas profundas foram deixadas a partir desse lugar, tornando-se história de muitos outros corpos, com os nossos parecidos, onde alguns conseguem transcender e outros vivenciam essas experiências como uma sentença.

Ao tentarmos elaborar o fechamento deste artigo, constituído por esses 3 conjuntos de memórias e autorreflexões, consideramos que uma maneira interessante de fazê-lo seria apresentarmos alguns sentidos através dos quais estas memórias se aproximam e se distanciam, a partir das dinâmicas interseccionais em nossas trajetórias. Através de marcadores de raça-etnia, sexualidade, identidade de gênero, territorialidade, corporalidade, entre outros, diferentes processos de solidão e acolhimento, desejo ou preterimento, violência ou proteção, foram se desenrolando através de nossos caminhos, e pelas

breves memórias que compartilhamos aqui, gostaríamos de destacar alguns elementos neles:

- Pensamos sobre nossas dificuldades e limites em escrever sobre momentos de nossas infâncias e adolescências que evocam vergonha e culpa. Consideramos que é extremamente complicado valorar e notar efetivamente quanto “sangue, suor e pus” se fazem necessários para escrever sobre determinados temas, e que tantas de nossas vidas não cabem no lattes. O que pode ser parte das injustiças sistêmicas e racistas nas hierarquias da academia.
- Um aspecto compartilhado, através de diferentes posições interseccionais, foram as experiências de solidão e discriminação contra formas de se expressar, estéticas, corporalidades...e de como o silêncio, a vergonha e o isolamento acabam sendo estratégias para evitar violências.
- Em um caminho talvez associado ao anterior, pensamos ser possível identificar sentimentos de necessidade do alinhamento normativo, em termos de nossas sexualidades, expressões e identidades de gênero. Em alguns casos, o armário silencioso de montagens solitárias, ou formas de negar algo em si, ou crenças na ascensão de classe superando o racismo. Consideramos os limites e possibilidades destes processos.
- Acreditamos, pelas memórias aqui compartilhadas, trazer alguns elementos para se pensar sobre os deslocamentos territoriais (entre interior e capital, escola e universidade, por ex.), e as inseguranças, esperanças, decepções e im+possibilidades envolvidas nessas diásporas e trajetórias.
- Ficamos pensativas sobre nossas diferentes relações com os espaços universitários-acadêmicos, a partir de nossas posições na universidade, na pós, pesquisa, ou outras atividades profissionais...a naturalização ou idealização destes espaços, a hostilidade ou aceitação limitada neles, as oportunidades que não vêm, ou que vêm.

Que possamos seguir compartilhando, elaborando, analisando, descolonizando nossas memórias.

Referências

ABRAHÃO, Maria Helena M Barreto. Memória, Narrativa e pesquisa autobiográfica. **História da Educação**, ASPHE/FaF/UFPel, Pelotas, n. 14, p.1479 - 95, set. 2003.

BRASIL. Decreto 4.229 De 13 de Maio de 2002. Dispõe Sobre O Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Instituído Pelo Decreto 1.904, de 13 de Maio de 1996, e dá Outras Providências. D.O.U 14 de Maio de 2002.

FONTOURA, Maria Conceição Lopes. A produção escrita das mulheres negras. **Estudos Feministas**, p. 131-141, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de L. M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Memória e família. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, jun. 1989. Acesso em: 22 Abr. 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2277/1416>.

_____. Memória, Experiência e Narrativa. **Iuminuras**, Porto Alegre, v.12, n. 29, p. 4-17, jul./dez. 2011.

LOURO. Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes. 1997.

MOMBAÇA, Jota (Monstra Errática). **The colonial wound still hurts / La herida colonial aun duele / A ferida colonial ainda dói**. Performance: 11/10/2015, Veneza.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. “Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar” - Escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador. **Tese** (doutorado) - Universidade

Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 55-71, 2013.